

RAFAEL SAUTHIER

A IDENTIFICAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO  
CRIMINAL GENÉTICA À LUZ  
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS  
E DA LEI 12.654/12

EDITORA CRV  
Curitiba - Brasil  
2015

Copyright © da Editora CRV Ltda.  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Editora CRV  
**Revisão:** O Autor  
**Conselho Editorial:**

Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR)	Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior (FAP - SP)
Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
Prof. Dr. Carlos Alberto Vilar Estêvão	Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (URI)
- (Universidade do Minho, UMINHO, Portugal)	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Lourdes Helena da Silva (UFV)
Prof. Dr. Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO - DF)	Prof. <sup>a</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Josania Portela (UFPI)
Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNICAMP)
Prof. Dr. Celso Conti (UFSCar)	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Prof. Dr. Cesar Gerônimo Tello	Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandez (UNIFAL - MG)
- (Universidad Nacional de Três de Febrero - Argentina)	Prof. Dr. Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Prof. Dr. Elsio José Corá (Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS)	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Sydione Santos (UEPG PR)
Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
	Prof. <sup>o</sup> . Dr. <sup>a</sup> . Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
 SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. RJ

---

S276i

Sauthier, Rafael

A identificação e a investigação criminal genética à luz dos direitos fundamentais e da Lei 12.654/12 / Rafael Sauthier. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2015.

236 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-444-0351-8

1. Prova criminal. 2. Crime e criminosos - Identificação. I. Título.

15-20329

C'DU: 343.982

---

2015

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracriv.com.br

E-mail: sac@editoracriv.com.br

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	15
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	17
1. A IDENTIFICAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL .....	19
1.1 As identificações, a identidade, a identificação, a identificação criminal e os seus métodos. ....	19
1.2 A evolução histórica dos métodos de identificação criminal.....	27
1.3 Os processos de identificação criminal usados hoje e as suas aplicabilidades .....	34
1.4 A identificação criminal e o Estado .....	38
1.5 A identificação criminal e a sua cronologia legislativa no Brasil.....	39
1.6 A Lei 12.037/09: a identificação criminal no Brasil .....	44
1.7 O “álbum da galeria de criminosos”, o “mug book” e a identificação criminal ...	53
1.8 A tipagem do perfil genético como método de identificação e investigação criminal .....	56
2. A TIPAGEM GENÉTICA E O BANCO DE PERFIS GENÉTICOS PARA FINS CRIMINAIS .....	59
2.1 Considerações históricas .....	59
2.2 Revisão de biologia sobre o DNA.....	65
2.2.1 DNA: Princípios básicos, sua estrutura e definições.....	65
2.2.2 Pareamento, hibridização, desnaturação, renaturação e polimerase ...	66
2.2.3 Cromossomos, genes e marcadores de DNA.....	68
2.2.4 Nomenclaturas dos marcadores de DNA e a localização física dos cromossomos .....	72
2.2.5 Variações na população, polimorfismo, variabilidade genética e recombinação.....	74
2.3 O processo de tipagem forense do perfil genético.....	75
2.4 Bancos genéticos: arquivos biológicos x bancos de perfis genéticos ...	77
2.5 Banco de perfis genéticos para fins criminais .....	81
2.6 A criação dos bancos de perfis genéticos para fins criminais .....	84
2.6.1 Indivíduos incluídos e autoridades que podem determinar a inclusão ....	84
2.6.2 Delitos que autorizam a inclusão de perfis no banco.....	87
2.6.3 Tempo de permanência dos perfis na base de dados.....	90
2.6.4 Gestão da base de dados .....	92

2.6.5	<i>Armazenamento das amostras</i> .....	94
2.6.6	<i>Questões técnicas e operacionais</i> .....	95
2.7	A Lei 12.654/12 e a implantação da tipagem genética e do banco de perfis genéticos para fins criminais no Brasil .....	95
2.7.1	<i>Previsão da tipagem do perfil genético como método de identificação criminal</i> .....	95
2.7.2	<i>A criação do banco de perfis genéticos para fins criminais</i> .....	100
2.8	Problemas legais na implantação e na utilização da identificação e da investigação criminal genética .....	103
3.	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONEXOS À IDENTIFICAÇÃO E À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL GENÉTICA E A SUA APLICAÇÃO .....	107
3.1	Os direitos fundamentais e a tutela da dignidade da pessoa humana...107	
3.2	As colisões de direitos fundamentais no contexto da identificação e da investigação criminal genética .....	115
3.2.1	<i>Os direitos fundamentais e as suas dimensões</i> .....	116
3.2.2	<i>O processo penal e o pêndulo entre o efficientismo e o garantismo</i> .	119
3.2.3	<i>A colisão de direitos fundamentais e a sua solução</i> .....	123
3.2.4	<i>Aplicação do princípio da proporcionalidade e a ponderação</i> .....	127
3.2.5	<i>Os direitos fundamentais conexos à identificação e à investigação criminal genética</i> .....	131
3.3	O direito à privacidade e à intimidade .....	131
3.3.1	<i>Definições</i> .....	131
3.3.2	<i>Conceitos, formas de violação, sujeito e conteúdo</i> .....	136
3.4	O direito a não autoincriminação.....	139
3.5	O direito à liberdade de locomoção.....	146
3.6	O direito à integridade físico-corporal .....	147
3.7	O direito à proteção dos dados pessoais .....	147
4.	A IDENTIFICAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL GENÉTICA: análise à luz dos direitos fundamentais e da Lei 12.654/12.....	153
4.1	A persecução penal e a colisão de direitos fundamentais.....	153
4.2	O procedimento de tipagem genética .....	153
4.2.1	<i>Eventuais restrições a direitos fundamentais</i> .....	153
4.2.2	<i>Aplicação da proporcionalidade na solução das colisões de direitos fundamentais na identificação e na investigação criminal genética</i> .....	165
4.3	A tipagem genética como método de identificação e investigação criminal	168
4.4	O banco de perfis genéticos para fins criminais e a sua alimentação	171

4.5 O banco de perfis genéticos para fins criminais e a sua administração...	176
4.6 O banco de perfis genéticos para fins criminais e a sua utilização.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	187
REFERÊNCIAS .....	191
ANEXO A – A Lei 12.654/12 .....	207
ANEXO B – A Lei 12.037/09.....	209
ANEXO C – A Lei 7.210/84.....	212
ANEXO D – O Decreto 7.950/13.....	214
ANEXO E – A Lei 10.054/00.....	217
ANEXO F – A Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos .....	219
ANEXO G – A célula, os cromossomos e o DNA .....	220
ANEXO H – A estrutura do DNA.....	221
ANEXO I – A estrutura do DNA (continuação).....	222
ANEXO J – A sequência dos pares de base .....	223
ANEXO K – A estrutura da espinha dorsal do DNA.....	224
ANEXO L – A desnaturação .....	225
ANEXO M – Os vinte e dois pares de cromossomos mais “X” e “Y” .....	226
ANEXO N – Os alelos .....	227
ANEXO O – Os treze marcadores do CODIS .....	228
ANEXO P – Os treze marcadores do CODIS (continuação).....	229
ANEXO Q – A tipagem genética.....	230
ANEXO R – As possíveis fontes de evidências biológicas.....	231
ANEXO S – O eletroferograma .....	232
ANEXO T – O eletroferograma (continuação).....	233
SOBRE O AUTOR.....	235